

1 ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
2 DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE realizada aos três dias do mês de abril de dois mil e
3 catorze, na Casa de Participação Comunitária, sita na Av. Rei Alberto I número cento e
4 dezenove, com início às oito horas e trinta minutos em segunda chamada. Ausências
5 justificadas dos Conselheiros Marilene Leonel, Alexandre Vieira de Lima e Fremar Gavio.
6 PAUTA: **1 – Leitura e aprovação da ata da AGO de março; 2- Apreciação e**
7 **Deliberação do Edital N.01/2014 – CMDCA, que dispõe acerca da seleção de**
8 **projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da**
9 **Criança e do Adolescente; 3-Relatos da Diretoria Executiva;4-Relatos das Câmaras**
10 **Setoriais;5-Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões;6-Relatos dos**
11 **Conselhos Tutelares;7-Assuntos Gerais.** O Sr. Presidente saúda a todos os presentes
12 e faz a leitura do edital de convocação. Passando ao **item 1-** A Conselheira Sra. Luana
13 Ng retifica que faltou na linha 74 a palavra PATROCINIO após a palavra incluir. A
14 Colaboradora Sra. Luci Freitas parabeniza a Conselheira Sra. Helenice pela redação da
15 ata. Colocada em votação, **deliberado:** APROVADA com a retificação constando na
16 presente ATA. O Sr. Presidente solicita a assembléia espaço para que a Sra. Jossélia
17 Fontoura, Chefe do Departamento de Articulação do Gabinete do Prefeito possa se
18 apresentar. Colocado em votação: Aprovado. A Sra. Jossélia fala que veio se apresentar
19 ao colegiado e diz que sua primeira meta frente ao DEARTI é a Campanha Destinação
20 Criança uma vez que o Fundo está pobrinho. Informa que estão visitando os secretários
21 para levar a campanha para que seja feito um trabalho conjunto, as empresas e também
22 a Delegacia da Receita Federal. Estão divulgando no Diário Oficial do Município com
23 matéria bastante lúdica, como a que saiu em 25 d março passado e nos demais jornais do
24 município. A Sra. Luci fala que deve haver uma maior interação entre o Conselho e o
25 executivo. Solicita que seja reativada as reuniões semestrais entre os presidentes de
26 conselhos municipais e comissões para a efetiva articulação da rede. Fala que o portal
27 dos conselhos está desatualizado e que é necessário fortalecer o significado da paridade
28 nos conselhos, e, pergunta se o Sr. Prefeito se reúne com os secretários. A Sra. Jossélia
29 diz que vem procurando fazer a transparência das informações, que os secretários estão
30 fazendo a revisão dos representantes junto aos Conselhos. O Sr. Flávio Santana,
31 Coordenador do DEARTI, fala que a presença deles é para se apresentarem e para dar
32 maior visibilidade aos Conselhos de forma permanente. O Conselheiro Sr. Geonísio
33 Aguiar louva a presença deles mas enfatiza que o trabalho que vieram apresentar não é
34 uma ação nova no DEARTI, uma vez que a Conselheira Sra. Helenice Fontes, enquanto
35 esteve a frente do DEARTI já desenvolvia estas atividades. Se os Srs. Secretários não
36 sabiam lhe soa de forma estranha. Louva que engendrem maiores esforços do que já
37 havia sido articulado pela Sra. Helenice. A Sra. Luci volta a frisar que o Portal dos
38 Conselhos foi construção coletiva que se iniciou em dois mil e seis e que a Sra. Alana
39 precisa reabastecê-lo. A Sra. Jossélia diz que ninguém veio para desconstruir nada e que
40 a rotina faz com que esqueçamos a necessidade da atenção a Campanha Destinação
41 Criança com foco par o dia trinta de abril. Informa ainda que já estão preocupados com o
42 reaparelhamento da Casa de Participação Comunitária. **Item 2 –** O Sr. Wilson que já
43 havia enviado o Edital por e-mail a todos os Conselheiros e a Conselheira Sra. Maria
44 Cristina diz que basicamente o Edital é igual aos anteriores deste Conselho. A Sra. Luci
45 solicita que seja enviado as entidades a Resolução Normativa 181/2012 que estabelece
46 as linhas de financiamento de projetos. Passando a leitura dos artigos que continham
47 alteração no presente edital iniciamos pelo artigo 6º. onde foi aprovada a seguinte
48 redação: Cada Secretaria municipal só poderá apresentar um único projeto, bem como
49 as Organizações Não Governamentais. Quanto ao inciso VI do artigo 7º. Foi incluído que
50 por observação dos projetos anteriores aprovados neste Conselho e que não tiveram
51 continuidade após findar os recursos do FMDCA. O Sr. Geonísio lembra que nem sempre
52 os projetos viram políticas públicas. O Sr. Wilson explica que a entidade precisa pensar

53 em como dará continuidade. O Conselheiro Sr. Edmir Nascimento lembra que os projetos
54 devem ser uma testagem e em dando certo se tornar política pública. O Conselheiro Sr.
55 Carlos Mota falando sobre o § 2º. do Art. 7º. no cumprimento da divulgação do nome do
56 CMDCA/FMDCA. Colocado em votação aprovada a redação Devem ser obrigatórias as
57 disposições concernentes na Resolução Normativa 103/2006-CMDCA. O artigo 8º. aprova
58 o período de inscrição de sete de abril de dois mil e catorze a trinta e um de maio de dois
59 mil e catorze e seu parágrafo único. O artigo 11 é apresenta as seguintes alterações nos
60 incisos I - limitando em quarenta por cento do uso de recursos em recursos humanos e,
61 inciso VII - limitando em cinco por cento o uso de recursos para combustível do valor
62 aprovado no projeto. O Sr. Geonísio propõe que se altere para sessenta por cento o
63 percentual do uso em recursos humanos. O Conselheiro Sr. Lênio fala que o maior custo
64 do projeto e a mais difícil é o pagamento dos recursos humanos. O Sr. Edmir ratifica a fala
65 do Sr. Lênio. A Conselheira Sra. Viviane Costa fala que a maioria das entidades só faz o
66 projeto enquanto ele é financiado e depois acaba porque ela não tem como manter os
67 recursos humanos. O Sr. Carlos Mota destaca que a proposta veio após amplo debate e
68 estudo da Câmara de Planejamento e sugere que seja sessenta por cento e que depois
69 também ter um limite no valor a ser financiado por projeto. O Conselheiro Sr. Sérgio
70 Willians lembra que há projetos inovadores que precisam dos recursos humanos e outros
71 que são de continuidade e que a Câmara de Planejamento deve avaliar os projetos de
72 forma mais apurada e propõe a manutenção dos oitenta por cento anteriores como
73 limitador. O Conselheiro Sr. Walter Tavares concorda com a proposta do Sr. Sérgio e
74 lembra que a Secretaria de Educação tem como limitador sessenta por cento para
75 recursos humanos. Que toda entidade deve ter psicólogo e assistente social, mas como?
76 Que o preocupa a avaliação dos recursos humanos dentro daquele projeto. Que quem for
77 fazer a avaliação tem que fazê-lo de forma muito correta. Que quem for avaliar que o faça
78 com consciência porque este Conselho é servidor e que estamos trabalhando com
79 dinheiro do povo e, as entidades vão se queixar muito dado a dificuldade para apresentar
80 um projeto. Se o projeto vai continuar ou não isto será um problema da entidade ela tem
81 que saber como vai fazer. Este Conselho é um servidor das entidades e não um
82 dificultador. Que o preocupa esta análise mais específica dos recursos humanos. A Sra.
83 Josenice P. Silva da ABEC, fala que preocupa muito esta questão de Recursos Humanos,
84 devemos ter cuidado mas que acha o percentual de quarenta por cento é pouco e que
85 não se pode pensar em um novo profissional já que haverá sobreposição. A Sra.
86 Fernanda, da Pró Viver, diz que os profissionais já estão em serviço e que com os
87 mesmos profissionais serão sempre as mesmas crianças. A Sra. Luci fala que ficou claro
88 que o executivo sente na pele as dificuldades para atender as demandas que isto
89 demonstra a necessidade deste Conselho discutir junto o orçamento. A Sra. Cristina
90 explica que a avaliação dos projetos pela Câmara de Planejamento é feita na análise
91 específica dos projetos, seus objetivos e dos critérios estabelecidos no Edital. Colocada
92 em votação as propostas obtiveram os seguintes resultados: 1 voto para 40% - Sra.
93 Cristina; 5 votos: para 60% - Srs. Carlos Mota, Geonísio, Sra. Lilian, Helenice e Luana;
94 80% 10 votos: Srs. Sérgio, Antonio, Urbano, Ricardo, Luciano, Lênio, Walter, Sras.
95 Adriana Soares Neves Braga, Viviane Aparecida Figueiras Simone, Iracema. Abstenção
96 – 1 voto Sra. Marta Ceará. Deliberado ao financiamento de até 80% do valor do projeto
97 para recursos humanos e, 5% para o financiamento de combustível. Artigo 12 – A análise
98 dos Projetos será feita pelas Câmaras de Planejamento e Legislação. À Câmara
99 Financeira compete a análise das planilhas. APROVADO por unanimidade. Artigo 14 foi
100 incluído após a análise pelas Câmaras os projetos serão apresentados para deliberação.
101 APROVADO por unanimidade. O artigo 15 em seu § 2º passa a ter a seguinte pontuação
102 nos critérios de desempate - Os projetos terão sua pontuação acrescida em 0,25
103 décimos, para cada item atendido, conforme as disposições abaixo: I-projetos inovadores
104 que venham suprir as carências detectadas pelos indicadores de aferição sociais

105 disponíveis (Conselhos Tutelares e Secretarias Municipais); II-projetos, onde sua
106 edificação atenda a legislação voltada a acessibilidade, Lei nº 10098 de dezembro de
107 2000. O Sr. Sérgio Willians sugere nova redação ao inciso I do § 3º do artigo 15 – Os
108 projetos terão a pontuação acrescida em 0,75 pontos: I-projetos que apresentem ações
109 conjuntas (parceria) com outras Entidades da Sociedade Civil e Políticas Públicas; II-
110 projetos que atendem a demanda após as 18:00 horas. APROVADA. O artigo 17 passa a
111 ter a seguinte redação – O financiamento dos projetos aprovados com recursos do
112 FMDCA terão prazo máximo de até 12 (doze) meses. APROVADA. A Sra. Luci solicita
113 que o Edital esteja disponível no site Portal dos Conselhos. O Sr. Lênio solicita novamente
114 a análise do § 2º artigo 12 e solicita revisão da redação que ficou desta forma § 2º – O
115 conselheiro que represente a entidade ou Secretaria Municipal proponente do projeto sob
116 análise, deverá se abster de votar a deliberação em assembléia e de emitir parecer nas
117 Câmaras Setoriais. APROVADA. O artigo 18 traz grande embate no que se refere a
118 inclusão ou não dos valores do orçamento municipal no total dos valores a serem
119 destinados para financiamento de projetos e a sua existência ou não no orçamento. O Sr.
120 Geonísio diz ter sido aprovado a importância de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos
121 mil reais) e os Srs. Ricardo e Luciano afirmam categoricamente a sua não existência. A
122 Sra. Helenice corrobora a informação do Sr. Geonísio juntamente com a Sra. Cristina,
123 esta última ainda afirma que no papel sempre existiu essa verba nunca em espécie na
124 conta pelo menos até a gestão do último Prefeito. Esclarece que na gestão anterior
125 esteve coordenadora da Câmara Financeira e tinha conhecimento desses valores. Após
126 ficaram definidas as propostas a seguir votadas: - colocar o valor total de recursos
127 financeiros incluindo as verbas do orçamento municipal – 3 votos: Sr. Geonísio Aguiar e
128 Sra. Iracema e Cristina Oliveira; manutenção com apenas os recursos do Fundo
129 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 13 votos: Srs. Carlos Mota, Antonio
130 de Jesus Peres Neto, Ricardo Gomes, Luciano Oliveira, Lênio Campos, Sras. Lilian
131 Rose, Helenice Alves, Luana Li Yi Ng, Odete de C. Fraga Moreira, Marta Ceara, Adriana
132 s> N. Braga, Viviane Aparecida F. Simone. Há diferença entre o número de votantes neste
133 momento porque o Conselheiro Sr. Walter Tavares já havia se retirado da Assembléia.
134 Após duas horas de ampla discussão o Edital foi Aprovado com as alterações constantes
135 na presente Ata e que será publicado no Diário Oficial do próximo sábado A Sra. Helenice
136 solicita que em outra oportunidade seja abordada esta questão do orçamento público,
137 corroborando o que o Sr. Geonísio falou. Porque o que existe atualmente de recursos na
138 conta corrente do Fundo é proveniente de destinações, não existindo recursos do Poder
139 Executivo como consta da lei. **Item 3** – O Sr. Presidente informa que foram indicados
140 novos representantes para a recomposição do Colegiado, a saber: pela Ordem dos
141 Advogados do Brasil – Subseção de Santos, Sra. Laura Gouvea Monteiro de Ornellas,
142 que não está presente nesse momento; pela Casa da Vó Benedita, Sra. Adozinda Vinhas;
143 pela UACEP Sr. Luiz Gustavo Andrade Duarte, que não está presente. Acusa o
144 recebimento de ofício da Casa da Vó Benedita solicitando o retorno da contratação de
145 recurso humano no regime de CLT como já aprovado anteriormente por este Conselho.
146 Aprovado o retorno e a contratação. Relata a participação dos Conselheiros de Direitos e
147 Tutelares no XXV Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e
148 Promotores “Justiça Adaptada a Crianças e Adolescentes”: diretrizes, integração e
149 procedimentos uniformes. Informa que está sendo elaborado um documento em forma de
150 propostas para ser apresentado a este Colegiado, refere a importância da participação do
151 CMDCA nesses espaços para a busca de informações que melhorem o entendimento
152 sobre as formas de participação nos Conselhos, sendo que por meio de capacitação é
153 possível estar preparado para o efetivo exercício da função. Sendo certo que um
154 Conselho fortalecido e coeso faz a diferença na forma de tratar as questões trazidas pela
155 sociedade. Informa que participou de uma reunião convocada pela Sra. Jossélia, nova
156 Chefe do Dearti, que inclusive participou do início da Assembléia, juntamente com outros

157 Presidentes de Conselhos, onde levou as necessidades para o bom funcionamento do
158 Conselho e da Casa de Participação Comunitária. Informa que foi atendido quanto a
159 colocação da placa de identificação desta Casa, por coincidência ou não e que vem
160 sendo feita uma maior mobilização sobre a Campanha Destinação Criança. Fala da
161 participação nas reuniões do Mapa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq e que
162 já estão agendadas reuniões para os próximos dias 9 e 16 no auditório do DEARTI. Foi
163 encaminhado ofício para o Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal – GPM - solicitando a
164 manutenção da Sra. Helenice Alves representando o órgão, dado o seu amplo
165 conhecimento de Conselhos, FMDCA e das políticas voltadas a criança e ao adolescente.
166 Abre a palavra ao Sr. Wilson, para que informe quem são os padrinhos dos projetos
167 aprovados no Edital passado e solicita que os padrinhos façam um breve relato da
168 evolução dos projetos. Foi solicitado pelo Conselheiro Geonísio que seja item de pauta
169 em Assembléia para esses relatos. Lembra ainda que a fala da Sra. Jossélia o incomodou
170 muito ao dizer que a partir de hoje como se até agora nenhum trabalho tivesse feito até o
171 momento. É preciso lembrar que todo trabalho foi feito por este Conselho e também pela
172 Sra. Helenice quando a frente do DEARTI e não esta administração posar como
173 salvadora da pátria. Esse tipo de postura não pode acontecer e nem receber a pactuação
174 deste Conselho. A Sra. Luci traz a necessidade de se possível o Conselho Tutelar
175 participar na visita aos projetos. O Conselheiro Antonio solicita que onde aparece o nome
176 do Sr. Gelásio será ele o padrinho do projeto. O mesmo faz a Sra. Luana em relação aos
177 nomes do Sr. Bruno Galoti e da Sra. Cristina Helena. A Conselheira Tutelar Sra. Sandra
178 Santos traz o relato do Promotor Dr. Murilo Digiacomio que afirma que a fala dos
179 Conselhos Tutelares deve se dá no início da Assembleia, por ser tratar de dados
180 relevantes para a formulação de políticas públicas que devem ser deliberadas por este
181 CMDCA . Acusa o recebimento de ofício da Fundação Casa solicitando a este CMDCA a
182 indicação de organizações não governamentais conhecidas no município, em condições
183 técnicas e documental, que apresentem interesse em trabalhar em parceria com a
184 Fundação, em termo jurídico de convênio, na gestão do Centro de Internação de Santos.
185 A Sra. Rita representante da Fundação explica que o sistema será de parceria para o
186 atendimento pedagógico, pois as questões de gestão e segurança são atribuições do
187 governo. A Sra. Ana Lúcia sugere que se envie a Fundação o nome das entidades que
188 trabalham com público dessa faixa etária e as entidades interessadas que contatem a
189 Fundação. O Sr. Edmir lembra que muitos dos nossos adolescentes estão em São Paulo
190 e que precisamos atender a demanda e podemos com este trabalho obter excelentes
191 resultados. **Item 4** – A Sra. Ana Lúcia, Coordenadora da Câmara de Planejamento informa
192 que os trabalhos foram voltados a elaboração do Edital aprovado nesta Assembléia. A
193 Sra. Luana fala pela Câmara de Relações Públicas fala que os trabalhos foram voltados
194 a Campanha Destinação Criança, que mantiveram contato com a Seção de Comunicação
195 do município sobre o material de divulgação. Informa ainda que o Programa Estrela Guia
196 na TV fará uma entrevista com a Sra. Valeska Pires da Receita Federal e o Sr. Luciano
197 Oliveira, Coordenador da Câmara Financeira. Falando pela Câmara Financeira o Sr.
198 Luciano informa que o saldo aplicado em 31 de março último é de dois milhões,
199 setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos,
200 devendo dele ser abatido hum milhão, trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais
201 e noventa e um centavos referentes aos projetos que estão sendo financiados por este
202 Conselho. **Item 5** – A Sra. Luci informa que a Comissão de Enfrentamento a Violência
203 Sexual de Santos – CEVISS, foi enviado ofício à Secretaria Municipal de Turismo
204 solicitando informações sobre o trabalho que está sendo desenvolvido para a prevenção e
205 exploração sexual de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo. E também fala
206 da necessidade da contratação de advogado para integrar a equipe do Centro de
207 Referência Especializada – CREAS. **Item 6** – A Conselheira Tutelar Sra. Sandra,
208 representando o CTZL, inicia sua fala dizendo que dependendo de hoje esta será sua

209 última participação nas Assembléias deste Conselho por conta de ser o último item da
210 pauta o que é impede a discussão das políticas e esta sua posição vem por conta do que
211 ouvimos no Congresso da ABMP e já externada anteriormente. Apresenta relato que a
212 policlínica da Conselheiro Nébias levou a conhecimento daquele Conselho que vem
213 encontrando dificuldades em levar a vacina H1N1 as escolas como forma de garantir o
214 direito de vacinação das crianças. Na interlocução coma Secretaria de Educação –
215 SEDUC foi informado que há dificuldades para as escolas atenderem. Deliberado: As
216 Conselheiras Lilian Rose e Nanci Ananias, representantes da SEDUC irão fazer a
217 interlocução com as escolas. Outra dificuldade que traz é sobre a dificuldade dos
218 munícipes acessarem aos programas de esporte e cultura por falta de transporte já que
219 as vagas ofertadas são sempre distantes da residência. Há a necessidade de
220 equipamento próximo a moradia ou então o fornecimento de transporte. A Sra. Ana Lúcia
221 se propõe a levar os dados a Secretaria de Cultura – SECULT e com isto provar a
222 demanda e estabelecer-se o fluxo de atendimento. Solicita, ainda que seja revisto o
223 programa Escola Total uma vez que é direito de todos e não existir lista de espera para
224 atendimento. A Sra. Liliam diz que há vagas mas, não há transporte quando não é no
225 próprio núcleo. Isto caracteriza a existência da vaga e não o acesso. A Sra. Sandra traz
226 também que, existe dificuldades com professores substitutos e que as crianças e seus
227 pais são informados para não levarem as crianças a escola. A Sra. Nanci diz que
228 realmente há falta de professores substitutos e que a SEDUC vem trabalhando para a
229 solução do problema por conta do concurso em vigor. A Sra. Sandra fala ainda sobre a
230 questão envolvendo a Santa Casa de Santos e a evasão hospitalar, ouvindo as famílias o
231 que se observa é que o atendimento está prejudicado, já que ficam horas esperando pelo
232 serviço necessário e acaba indo embora sem o devido atendimento. Isto é uma clara
233 evidência de violência institucional. Traz ainda que a Polícia Civil e Militar vem lavrando
234 Boletim de Ocorrência contra crianças de 5 (cinco) anos. As polícias não estão fazendo
235 seus papéis agindo com omissão. O Sr. Edmir solicita que esta situação seja oficiada ao
236 CONDECA. Deliberado: Oficiar ao CONDECA esta situação. Quanto a solicitação inicial
237 solicitada no início da fala da CT Sandra ficou acordado que cada base tutelar terá vinte
238 minutos para apresentar as demandas e os Conselheiros de Direitos só poderão falar ao
239 término de cada base. **Item 7** – O Sr. Edmir traz a necessidade deste Conselho em
240 fortalecer o Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente como espaço para discussão
241 das políticas de Criança e Adolescente e ulterior deliberação no CMDCA. Nada mais
242 havendo a ser deliberado encerrou a presente Assembléia e solicitou a mim, Maria
243 Cristina, que lavrasse a presente ata.

244

245

246

247

248 Ricardo Oliveira Gomes

Presidente

249

Maria Cristina Dias de Oliveira

1ª. Secretária